

**Conferência "A Europa contra a Pena de Morte" – Lisboa
2007-10-09**

Abertura

Senhor Primeiro-Ministro,
Senhor Presidente da Comissão Europeia,
Senhor Secretário-Geral do Conselho da Europa,
Senhores representantes do Presidente do Parlamento Europeu,
Senhor Presidente do Comité de Ministros do Conselho da Europa,
Senhor vice-presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa,
Senhor vice-presidente da Comissão Europeia,
Senhores ministros,
Minhas senhoras e meus senhores,

A mensagem que de Portugal queremos enviar hoje ao Mundo é uma mensagem simples: a pena de morte deve ser retirada dos ordenamentos jurídicos dos países que ainda a prevêm e a sua aplicação deve ser suspensa imediatamente.

Quando, associados à Comissão Europeia e ao Conselho da Europa, com o apoio do Parlamento Europeu, avançámos com esta iniciativa de reunir em Lisboa representantes políticos e personalidades da vida cívica contra a pena de morte, fizemo-lo por um imperativo ditado pela consciência, pela dignidade e pela história. A Europa é hoje uma «zona livre da pena de morte».

Isso representa o resultado de uma difícil evolução no pensamento e na prática punitiva.

É a vitória numa longa batalha que justamente se chamou «a luta pela abolição da pena de morte».

Quer o Conselho da Europa, quer a União Europeia são espaços de unidade de valores que não aceitam que a morte possa ser decretada pelo Estado como modo de expiação de culpa e de vingança pública.

É nosso dever fazer tudo para que esta mensagem passe para todo o mundo e chegue aos legisladores, aos juízes, aos cidadãos de outros espaços geográficos e políticos.

Dizemos hoje que vivemos num mundo sem fronteiras.

Isso deve ser comprovado também pelas condições que oferecemos à nossa própria existência enquanto comunidades cívicas e políticas e não olhando apenas a economia e o comércio globais.

Não aceitamos que a morte seja uma pena, aplicada em tribunais e executada pelos sistemas penitenciários.

Os Estados que sustentam o primado da vida humana não podem cair na ilusão de que se apaziguam consciências e se circunscrevem os perigos, ao programar e executar a eliminação de seres humanos.

No modelo de Estado democrático que com esforço e com luta construímos na Europa, o monopólio do uso da força legítimo pelo poder público tem como contrapartida a deslegitimação do Estado para programar e usar a execução do indivíduo como punição.

Os dados demonstram-no. A pena de morte não reduz o crime, não compensa as vítimas, não serve de exemplo para os comportamentos futuros.

Os argumentos contra a pena de morte são eles próprios parte constitutiva da história penal da Europa e encontramos-os enunciados quase sem alteração desde o nosso Iluminismo. Entre a «ilegitimidade moral» e a «inutilidade prática» da pena de morte, a Europa caminhou de modo decisivo nos últimos 250 anos no sentido de rejeitar uma pena sem fundamento e chegou ao século XXI sem execuções.

Foi no âmago do pensamento iluminista europeu, em pleno século XVIII, quando nasceram as bases do direito penal moderno, que se estabeleceu a suspeita de que a morte, aplicada numa lógica de talião, não era uma pena legítima e justificada por parte do Estado.

Surgiu logo nessa altura o argumento racional mais utilizado em todo o mundo pelos abolicionistas de hoje: a irreparabilidade da pena de morte, perante a inevitável imperfeição das provas humanas.

O nascimento do constitucionalismo moderno que está na origem da declaração e constituição de direitos e deveres que ainda hoje nos definem enquanto cidadãos, permitiu aprofundar esse debate.

Nascia o abolicionismo e com ele uma nova forma de encarar a punição pública, feita da crença de que apostar nos Homens pode ser um risco, mas não é nunca uma aposta perdida.

Em Portugal abolimos em 1852 a pena de morte para os crimes políticos e em 1867, precisamente há 140 anos, abolimo-la para todos os crimes. Ao mesmo tempo noutros Estados da Europa e em vários Estados dos Estados Unidos da América o mesmo movimento se verificava.

Este não é pois um debate ou uma causa apenas de hoje, como também não se trata de uma causa da qual já se perdeu rasto na História. Exemplo claro disso é o facto de grandes nações europeias apenas terem abolido a pena de morte nos anos sessenta a oitenta, e de as últimas execuções na Europa datarem apenas dos últimos anos do século XX. E a nossa voz continua a fazer pleno sentido já que

grande parte do mundo vive ainda sob um paradigma punitivo que aceita esta pena e a executa.

Daqui, queremos dizer: existem no mundo instituições e pessoas com responsabilidades políticas, e cidadãos activos no seu compromisso com os outros, que não aceitam que a morte possa ser uma pena.

Os Estados da Europa, que conquistaram com esforço a paz, o progresso e uma estabilidade económica sem precedentes após séculos de guerras, podem dizer hoje que sabem responsabilizar aqueles que infringem a lei e ameaçam os seus semelhantes sem recorrer à vingança gratuita que a morte representa.

Olho à minha volta e congratulo-me especialmente por, durante a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, haver este largo consenso em torno da condenação da pena de morte, que nos torna mais Europeus na nossa vontade de uma cidadania plena e de uma justiça mais humana e mais justa.

Aqui temos, pois, em nome dos seus valores, da sua história e dos seus combates, a «Europa contra a Pena de Morte».

Encerramento

Minhas senhoras e meus senhores,

Se a Europa se encontra liberta da pena de morte, muitos Estados do mundo continuam a aplicá-la e essa verdade não pode ser esquecida por ninguém, a começar pelos Europeus.

Não é possível igualmente esquecer que muitas realidades que nos aparecem hoje como inquestionáveis e eternas podem tombar. A história da abolição da pena de morte é ela própria feita de avanços e retrocessos. É um combate que prossegue.

No ano de 1867, quando Portugal aboliu a pena de morte Vítor Hugo, numa carta a um nosso concidadão escreveu: «Desde hoje, fica Portugal à cabeça da Europa. Vós, portugueses, não deixastes de ser navegadores intrépidos. Ides à frente: outrora, no oceano; hoje, na verdade. Proclamar princípios é ainda mais belo do que descobrir novos mundos».

Estas palavras duma grande figura da Europa atribuem-nos sobretudo uma responsabilidade a que não fugimos.

Apesar da participação na Primeira Guerra Mundial ter voltado a suscitar a questão dos crimes de guerra, o Estado português não ordenou desde então mais nenhuma execução.

O último português foi executado no dia 22 de Abril de 1846, por crime comum, e em 1849, por crime militar.

Portugal orgulha-se de ter sido a primeira nação a abolir a pena de morte para os crimes comuns sem jamais a ter voltado a instaurar.

Este é também um contributo para a Europa, para a Europa dos princípios e das convicções.

Muitos países podiam acolher esta iniciativa. Mas sentimo-nos o país certo, para a mensagem certa.

Como escreveu em 1867 o ministro da Justiça português proponente da abolição da pena de morte, Augusto Barjona de Freitas, esta é uma pena que «paga o sangue com o sangue, que mata mas não corrige, que vinga mas não melhora». Cento e quarenta anos depois, é difícil ser mais incisivo.

Minhas senhoras e meus senhores,

Não basta expulsar da lei a pena de morte e condenar as execuções.

Do mesmo modo que é intolerável o exercício oficial da vingança através da morte, é igualmente inaceitável um sistema punitivo que conviva com a imprevisibilidade ou com o arbítrio das suas decisões, a tortura, os sinais da crueldade ou da desumanidade, que em tanto lugar ainda subsistem.

Os vestígios da barbárie nas práticas punitivas nunca poderão ser considerados definitivamente extintos. Porque o trabalho infundável de lutar contra a barbárie está cometido à condição humana.

A luta por uma justiça real é uma luta dos nossos dias e por certo intemporal. Cidadãos atentos e exigentes face ao seu sistema de justiça serão sempre necessários para que uma visão e uma crítica desassombrada da justiça nunca acabem.

Fruto do pensamento e do combate de tantos europeus, a abolição da pena de morte, está instituída na Europa, sem excepções. É nosso dever olhar para o resto do Mundo e pedir primeiro uma moratória universal das execuções já decretadas e depois o fim inelutável da pena de morte.

Continuaremos a trabalhar para esse objectivo.

A mensagem de Lisboa é clara – a justiça apenas se faz quando a execução não é uma opção.

Quero agradecer às instituições e responsáveis da Europa e doutros continentes, às organizações civis e personalidades que vieram a Lisboa associar-se a esta mensagem.

Juntos, vamos levá-la às cinco partes da terra.